

» Entrevista | **WOLNEY QUEIROZ** | MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Há pouco mais de três meses no cargo, o titular da pasta se diz confiante em apresentar no Congresso as medidas reparadoras do escândalo com aposentados. Mas receia que as turbulências políticas do momento prejudiquem o bom debate no Parlamento

“Temos uma boa história para contar na CPMI”

Fotos: Ed Alves CB/DA Press

» ANA DUBEUX
» DENISE ROTHENBURG
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» ROSANA HESSEL

Natural de Caruaru (PE), o ministro Wolney Queiroz costuma acordar com o cantar dos passarinhos quando está em seu sítio no interior pernambucano. Em Brasília, estranhou que, às 5h30, ainda esteja escuro na capital federal. Essas observações sobre o tempo ficaram muito claras assim que ele assumiu o Ministério da Previdência em maio. “Foram dias terríveis”, lembra Queiroz, que chegava tarde e saía cedo de casa para conter o escândalo da fraude do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) investigada na Operação sem Desconto da Polícia Federal.

Três meses depois, em meio à “operação gigante” para devolver o dinheiro roubado, até o momento, a 1,650 milhão de aposentados, o ministro se julga preparado para enfrentar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que teve o relator definido na sexta-feira, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO). A presidência do colegiado será do senador Omar Aziz (PSD-AM).

“Estou preocupado com o cenário político, que possa contaminar a CPMI. Mas estou animado do ponto de vista de que nós temos uma boa história para contar, favorável ao governo”, diz. Ele considera fundamental defender o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em sua visão, é injustamente acusado de responsabilidade pelo escândalo dos saques indevidos de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024 das contas de beneficiários, conforme investigações da PF e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Queiroz também está otimista com outros avanços na pasta. Comemora a chegada de 500 médicos peritos, que, a partir de setembro, ajudarão a reduzir a fila para a concessão de benefícios. E quer mudar a imagem da Previdência, a fim de convencer os brasileiros mais jovens a contribuírem para um sistema de aposentadoria sólido e confiável. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Em que pé está agora a restituição dos valores das fraudes no INSS?

Hoje, 1,650 milhão de aposentados e pensionistas já receberam efetivamente tudo o que foi descontado deles. Nos últimos dias, superamos a marca de R\$ 1 bilhão pagos. Não é pouca coisa. Esse contingente representa 75% dos aptos a receber. Ressarcir 1,650 milhão de aposentados, em parcela única, corrigido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), significa uma operação gigante. É uma vitória.

Como o senhor avalia a participação dos aposentados nesse processo?

Das pessoas que entraram em contato para fazer ressarcimento, 28% o fizeram presencialmente nas agências dos Correios. De tudo que vi até agora, foi a coisa mais importante. Vamos ter que mudar a visão atual, para o que o povo está nos ensinando. Ele não quer saber do canal 135, não quer o aplicativo do Meu INSS. Ele quer apertar a mão.

Então, o aposentado prefere o contato pessoal porque quer mais segurança?

É segurança, sim. Mas também interação social, para falar de



assuntos gerais com outras pessoas na mesma situação. A mensagem desse percentual de pessoas nas agências dos Correios mostra que o atendimento presencial tem que ser revisto no INSS. Eu já falei com o Gilberto (Waller Jr., presidente do INSS), e ele teve essa mesma sensação. E isso vai ter que mudar. Temos de fazer algo estrutural.

Por quê?

As agências do INSS e da Previdência Social são enormes, porque comportavam um tamanho maior de servidores. O INSS já teve 40 mil servidores, quando foi criado, há 35 anos. Hoje, tem menos de 20 mil. Ele atendia a 20 milhões de pessoas e, hoje, paga 40 milhões de benefícios. Tinha 6,5 mil peritos médicos, e, agora, tem 3 mil. Na minha cidade, Caruaru, o INSS tem um prédio de quatro andares. Só funciona no térreo. No primeiro andar, tem um auditório. E o resto da agência não tem mais pessoas para ocupar. E isso, em muitas agências, é a realidade. Outras estão simplesmente desativadas. Temos de rever esse modelo.

Qual seria o modelo ideal?

Se fosse para começar do zero, optariamos por pequenas estruturas, modernas, funcionais, confortáveis. Colocariamos alguns caixas eletrônicos e uns totens para as pessoas tirarem dúvidas, e um pequeno grupo de funcionários que fizessem o atendimento presencial.

E isso está sendo discutido no âmbito do ministério?

Isso é uma conclusão a que estamos chegando agora, com a parceria com os Correios.

O seu pai também foi lesado pelas fraudes no INSS?

Foi meu sogro. E ele já recebeu o ressarcimento dele. Foram R\$ 1.035. Ele não sabia que tinha sido vítima. E eu perguntei para ele se ele já tinha sido descontado e foi olhar e descobriu.

O governo não tem interesse em segurar o ressarcimento. Ele quer devolver o dinheiro a quem tem direito”

“Queremos elucidar, dar transparência. O que for necessário para colaborar com o inquérito parlamentar, nós vamos fazer”

Deve ter muita gente nessa mesma situação.

Nove milhões de pessoas tiveram descontos (ilegais) de algum valor em algum período. E 5,6 milhões acessaram o sistema do INSS para saber o que está se passando. Então, tem um contingente de, pelo menos, 3,4 milhões de pessoas ainda hoje que não sabem nem triscaram no assunto. Elas não entraram no aplicativo, não foram à agência nem ligaram no 135. Elas simplesmente ou não sabem ou não tiveram interesse de procurar para saber.

O que vai ser feito com esses casos em que a associação diz que houve autorização para o desconto, mas o segurado nega?

Nós vamos, com ajuda da Advocacia-Geral da União (AGU), procurar um ambiente jurídico, para poder fazer uma espécie de perícia, uma análise mais aprofundada desses casos. Não dá para colocar um software para fazer a verificação. Estou tranquilo, porque a parte mais difícil já conseguimos, que é começar a pagar os reembolsos. O governo não tem interesse em segurar o ressarcimento. Ele quer devolver o dinheiro a quem tem direito.

Qual a expectativa em relação à CPMI do INSS? Como o senhor vai trabalhar?

Bem, primeiro, vamos abrir todos os dados do ministério. Estamos nos preparando, ao longo desse período, para disponibilizar

todos os dados que a CPI requisitar. É nosso dever constitucional e institucional fornecer as informações, mas pode ser feito com má vontade ou com boa vontade. Será feito com boa vontade. Queremos elucidar, dar transparência. O que for necessário para colaborar com o inquérito parlamentar, nós vamos fazer. Nós temos uma boa história para contar. Todos os sindicatos estão sendo investigados. Todas as associações tiveram os ACTs (Acordos de Cooperação Técnica) suspensos, e todos os dirigentes delas serão investigados.

O que precisa mudar nessa relação entre aposentados e associações?

Eu defendo que, se, que se for restabelecido o desconto em folha, deve haver o critério de revalidação (do contrato). E, com biometria, o que a gente já estabeleceu. Depois, tem de haver a aprovação anual, porque o aposentado pode querer fazer (a adesão) hoje, mas, depois, pode não querer mais. Então é preciso, um ano depois, ele voltar ao sindicato ou associação para dizer que continua querendo.

Não seria mais fácil deixar que o próprio aposentado decida e ele pague por conta dele sem necessariamente via desconto em folha?

Esse é um caminho.

O senhor considera que está claro para a população que

esse escândalo não tem a ver diretamente com o governo Lula? A opinião pública entende desse jeito?

Não. Acho que continua sendo necessário esse esclarecimento. É muito injusto para o presidente Lula ter sido apontado como o responsável pela fraude ao INSS ou aos aposentados, porque não é nem o INSS mesmo que foi fraudado. Quem foi fraudado, roubado, foi o aposentado. Tenho procurado sempre fazer essa diferenciação, porque vem à tona um conceito de defesa da Previdência Social e do INSS. E eles precisam ser defendidos porque a Previdência é um sistema de proteção social único no mundo, com esse tamanho. E, para funcionar, tem que ter credibilidade. E para ter credibilidade, precisa ser bem entendido.

É preciso aprender a valorizar a Previdência?

Não existe uma educação previdenciária no Brasil. Precisamos explicar o sistema e reforçar a credibilidade dele. Porque essa credibilidade de que há um sistema robusto, sólido, permanente, perene, vai fazer o jovem brasileiro se sentir estimulado a contribuir com esse sistema. Principalmente hoje em dia, com esse negócio de Microempreendedor Individual (MEI), que todo mundo se acha empreendedor. Atualmente, a pessoa quer só resolver o seu mês, e não o MEI. As pessoas querem resolver o problema do momento. Só que, tem uma hora que ele vai precisar ter alguém por ele. Se o governo não se preocupar com isso, fatalmente, vai ter que se preparar para receber todo esse contingente na assistência social. Ou seja, eles não vão pagar nada durante a vida e, quando tiver um momento de necessidade, eles vão ter que ir para a assistência social receber um salário mínimo, no BPC, no Bolsa Família, qualquer coisa.

Voltando à CPI, qual a sua avaliação sobre o ex-ministro Carlos Lupi e o ex-presidente

do INSS Alessandro Stefanutto, que foram afastados do cargo após o escândalo?

Eu não vou me referir aqui ao ex-presidente do INSS, porque acredito que ele será ouvido na CPMI, assim como o ex-ministro Lupi. Eles terão a oportunidade de se defender. Eu não tenho procuração de nenhum dos dois para defendê-los. O Stefanutto, eu o conheci quando ele chegou para ser o presidente do INSS. O ex-ministro Lupi é alguém com quem eu lido há mais de 30 anos, porque eu tenho um partido só na minha vida. Ele também vai fazer sua defesa. E eu acredito plenamente na história dele. Mas considero muito injusto que isso seja debitado ao governo e ao INSS.

Por quê?

Primeiro, foi o governo que encontrou a fraude, que estancou os descontos e que devolveu o dinheiro. E, muito menos, o presidente da República deve ser responsabilizado pessoalmente nas pesquisas. Temos que tirar o INSS e a Previdência Social desse tipo de manchete, porque isso abala a credibilidade, o crédito da instituição de proteção social, que é o que devemos procurar cuidar. Eu tenho uma linha muito clara, hoje, de que foi um grupo que entrou no INSS, com os Acordos de Cooperação Técnica, e que, eventualmente, pode ter contado com a colaboração de funcionários do INSS.

Essas pessoas já foram identificadas e presas?

Tem um grupo que foi afastado das funções. As investigações prosseguem para que eles possam ser ou não responsabilizados. E isso não é, digamos, minha alçada. As pessoas me perguntam: quando é que alguém vai preso? Eu respondo: meu amigo, isso é com Andrei (Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal). Não é uma coisa que eu possa responder.

A Câmara vive um momento muito tenso, com a questão da anistia, o tarifaço, a discussão sobre a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Isso pode contaminar esse processo de início da CPMI?

Sim. Eu sempre tive preocupação com isso, desde a minha ida ao Senado. Eu tinha uma semana como ministro, e me perguntavam se eu era contra ou a favor da CPMI. Eu disse, olha, do ponto de vista do que é uma CPI, eu sempre sou a favor porque eu passei 24 anos defendendo a CPI, porque ela é um instrumento do Parlamento. Então, eu não posso, agora que estou no Executivo, dizer que ela não serve. Mas já vi CPIs muito ruins, que não chegaram a um objetivo, que foram improdutivas e até nefastas. E qual é a medida do ruim e do bom? É o ambiente político do momento. E o ambiente político do momento tem tudo para atrapalhar o que seria uma boa CPI, porque estamos vivendo em ambiente de guerra, belicista, beligerante, a primeira vítima vai ser a verdade. Então, vai ser muito difícil lidar com uma comissão parlamentar de inquérito num ambiente de tensionamento político que tem se escalado. E imagino que o clima lá na CPI vai ser muito tenso, muito pouco, digamos assim, litúrgico. A liturgia do Parlamento não parece que vai ser uma coisa ali presente na CPI, por conta, justamente, desse tensionamento.